

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 2 Maio – Agosto 2022

ARTIGO

SÍTIOS HISTÓRICOS EM MINAS GERAIS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PAISAGENS, TERRITÓRIOS E CRONOPOLÍTICAS

Sarah de Barros Viana Hissa*

RESUMO

Este texto discute algo do conceito de sítio arqueológico histórico, considerando macro e micro escalas de observação, de concentrações de sítios similares a sítios particulares. Tendo como base sítios localizados no estado de Minas Gerais, toca em questões que envolvem noções de tempo e cronopolítica, valoração de patrimônios e violências epistêmicas, intervisibilidade e limites geográficos, paisagens e territórios, entre outros.

Palavras-chave: sítio arqueológico; cronopolítica; paisagem.

* Doutora pelo Museu Nacional da UFRJ, com bolsa parcial FAPERJ. Pós-doutorado concluído em 2019 no Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG (bolsa CNPq/PDJ Processo nº 157943/2018-6). Atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado com outro tema de estudo, novamente no Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG (bolsa CNPq-PDJ Processo nº 163525/2020-0). <http://orcid.org/0000-0003-1623-8737>.

HISTORICAL SITES IN MINAS GERAIS: SOME THOUGHTS ON LANDSCAPES, TERRITORIES AND CHRONOPOLITICS

ABSTRACT

This paper discusses the concept of historic archaeological site, considering different observation scales, from particular sites to clusters of similar types of sites. Basing on a Minas Gerais state database, we tackle issues of time and chronopolitics, heritage valuing systems and epistemic violence, intervisibility and geographic limits, landscapes and territory, etc.

Keywords: archaeological site; chronopolitics; landscape.

SITIOS HISTÓRICOS EN MINAS GERAIS: ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE PAISAJES, TERRITORIOS Y CRONOPOLÍTICAS

RESUMEN

Este texto discute el concepto de sitio arqueológico histórico, considerando diferentes escalas de observación, desde el sitio en particular hasta concentraciones de sitios similares. Con base en sitios de Minas Gerais, abordamos temas que abarcan nociones de tiempo y cronopolítica, valoración del patrimonio y violencia epistemológica, intervisibilidad y límites geográficos, paisajes y territorios, entre otros.

Palabras clave: sitio arqueológico; cronopolítica; paisaje.

APRESENTAÇÃO

O que caracteriza ou deveria caracterizar um *sítio arqueológico histórico*? Há várias possíveis respostas para essa complexa e ampla questão, tendo em vista os aportes teóricos já elaborados, os vários nichos acadêmicos e epistemológicos existentes, bem como as várias posições socioeconômicas, administrativas e políticas na sociedade. No entanto, este texto não fará uma revisão dessas possibilidades conceituais, nem mesmo concebe possível ou proveitosa uma única definição. O conceito de sítio arqueológico histórico é entendido aqui menos como uma maneira bem delineada e facilmente aplicável de se fazer patrimônio, e mais como um mosaico intrincado e sempre em construção, no qual várias imagens podem ser formadas. O texto traz para discussão algumas das peças desse mosaico, muitas das quais já foram tratadas em vários outros contextos e por outros pesquisadores com base em sítios do estado de Minas Gerais, alguns deles aqui reavidos à luz de conceitos que envolvem temporalidades e paisagens.

A discussão tomará diferentes escalas. Uma primeira, mais ampla, oferece um panorama geral de sítios no estado, com o auxílio de um banco de dados georreferenciado e ferramenta de Sistema de Informação Geográfica. A partir disso são discutidas sobretudo questões acerca das categorizações de sítios. As noções temporais de continuidade e coetaneidade são trazidas para a compreensão da cronopolítica que envolve a noção de sítio arqueológico histórico. A macroescala é magnitude também útil na visualização e discussão de aglomerados de sítios e vazios arqueológicos, nas múltiplas conexões entre eles e nas relações indissociadas que travam com o espaço geográfico. Nas menores escalas, referentes a sítios específicos, outros elementos são levantados, como a ressignificação de patrimônios, processos de territorialização e a fisicalidade do vestígio; e outros retomados, como os limites de sítios, o tempo tipológico e as cronopolíticas envolvidas no conceito.

SÍTIOS: PAISAGENS E CRONOPOLÍTICA

Para um panorama geral de sítios arqueológicos históricos, apresenta-se aqui um banco de dados¹ georreferenciado para o estado de Minas Gerais. Ele conta com 1.347 sítios arqueológicos com componentes históricos e foi construído a partir de informações coletadas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos mantido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA-IPHAN) e de informações dispostas em relatórios de pesquisas realizadas no âmbito de licenciamento ambiental, planos de manejo de parques, dossiês de tombamento e pesquisas em áreas protegidas em geral. Também incluiu dados provenientes de relatórios de pesquisa acadêmica ou trabalhos como teses, dissertações, monografias e demais publicações científicas.

Os sítios históricos são categorizados da seguinte maneira: abrigo (quilombos ou com área abrigada sob rocha), de cultura material (sítios com somente cultura material móvel, sem estrutura associada), de divisa (muros e/ou valos de divisão de propriedades), habitação (edificações com função de moradia, frequentemente de pequeno porte), edificações (quando a função da estrutura alicerçada não pode ser estimada), mineração, hidráulico (canais d'água, sem estrutura adicional associada), parada (estalagens ou pousadas), produção (engenhos, fornos, moinhos, etc.), fazenda (sítios de produção de maior porte com edificação de moradia), religioso (igrejas, cruzeiros, etc.), ferroviários, viários (caminhos cortados na paisagem, com ou sem estruturação em pedra ou outro

¹ Banco de dados elaborado durante pesquisa de pós-doutorado da autora, intitulada *Sítios arqueológicos em Minas Gerais e SIG: Ensaio cartográfico sobre a paisagem pretérita*. Bolsa CNPq/PDJ, Processo nº 157943/2018-6; supervisor Prof. Dr. Andrei Isnardis (UFMG).

material). Uma categoria específica para sítio urbano não foi incluída deliberadamente. Isso foi feito considerando que a cidade histórica como um todo é um sítio arqueológico histórico, possibilitando utilizar camada *shapefile* de localização de cidades na visualização ou análises espaciais concomitantemente ao banco de dados.

Nota-se que faz parte desse banco de dados a divisão fundamental *pré-história x história*, presente tanto na ficha do CNSA como na arqueologia como um todo. Considerando essa divisão basilar, lembra-se do ressaltado por Lucas (2005, 2006), a arqueologia comumente pensa o passado em termos de intervalos de tempo agrupados em blocos tipologizáveis, ou, nos termos de Fabian (2013), através do tempo tipológico. Tais blocos de tempo, caracterizados por materiais e termos próprios, como *containers*, circunscrevem e aprisionam coletivos de pessoas, objetos e a própria dinâmica do tempo, que então se veem imortalizados numa estaticidade. Nesse sentido, o tempo físico, cuja definição se inicia no movimento astronômico e sua regularidade mensurável (HISSA, 2016), serve como tela canvas para inserir e sequenciar eventos, históricos ou não, alocados linearmente (O'BRIEN; LYMAN, 2006). O tempo físico arranjado em intervalos contenedores de eventos ou como tempo tipológico é comparável à abordagem dita historicista por Laurent Olivier (2004). O autor denuncia que essa abordagem acumula fatos e detalhes descritivos, preenchendo o tempo com narrativas e um curso da história que seria homogêneo, monolítico, unilinear e unidirecional. Essa visão historicista seria então baseada num tempo concebido como continuidade pura, unidade e sucessão, associado à história como progresso, aceleração e teleologia (TAMM; OLIVIER, 2019). Não se trata simplesmente das coisas e acontecimentos serem datados ou sequenciados historicamente. Trata-se, entre outras, de uma compreensão desses períodos como blocos de tempo circunscritos e estáticos, imobilizados numa mesma imagem que se torna estereotipada, nos quais coletivos de pessoas e tipos de acontecimentos ou de objetos se tornam indissociáveis de cada intervalo temporal.

A divisão fundamental *pré-história x história* padece desse raciocínio que divide o tempo em grandes blocos que circunscrevem e afastam tipos de objetos e grupos de pessoas. Esses blocos são separados por uma ruptura abrupta, a partir da qual se entende que uma conjuntura totalmente distinta se instala. A ênfase nessas duas categorias e na divisão entre elas, no extremo, obscurece particularidades de povos e pessoas, processos e práticas, resistências e escolhas, que dariam ao tempo textura e vivência. Além disso, cria recortes epistemológicos e nichos acadêmicos igualmente apartados.

Por outro lado, nota-se, considerando o banco de dados aqui analisado, que há poucos sítios categorizados como de contato e multicomponenciais. Imagina-se que essa divisão *pré-história x história* os ofusca e, provavelmente, essas categorias acabam por absorvê-los, o que demonstra justamente uma dificuldade em trabalhar fora desses grandes blocos temporais.

Esse ponto também remete aos limites cronológicos do bloco *período histórico*. Enquanto o início desse intervalo foi trazido ao continente americano pelo Europeu, o seu limite máximo define a distinção entre passado e presente. Não obstante as perspectivas que ampliam o objeto da arqueologia até o momento atual, que se apoiam desde nos métodos arqueológicos da etnografia arqueológica de Rathje (1979) até nas posições de ética engajada das arqueologias do presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2014), ainda é frequente e forte o conceito de *sítio arqueológico histórico* que remete a períodos passados, com sua abrangência interrompida na virada para o século XX ou pouco mais tarde, mas nunca atingindo o contemporâneo.

As demais classificações dos sítios históricos presentes nesse banco de dados (ver Figura 1) também seguiram uma mescla entre as informações solicitadas na ficha de inserção do bem no CNSA e na forma como a disciplina pensa e vem catalogando e

estudando os tipos de sítios. Essas subdivisões correntes aos sítios históricos, que dão apoio às descrições de sítios em geral, normalmente enfatizam a função presumida principal do sítio (sítio de fazenda, de mineração, residência, etc.), o que ocorreu também quando do desenvolvimento do conceito de sítio arqueológico em geral (DUNNEL, 1992), considerando principalmente as estruturas identificadas em superfície.

Observa-se também que o que se define como função é a atividade prioritária desempenhada (sítios econômicos: mineração, produção; sítios de habitação; sítios mistos: fazenda), o que guarda uma associação com a dicotomia moderna entre trabalho e lazer (VALTONEN, 2004). No entanto, é evidente que mesmo esses sítios de função econômica abrigaram também outras funções e atividades no passado, o que não é excluído nas categorias normalmente utilizadas. Mora-se na fazenda, sítios de mineração podem incluir edificações de morada, há trânsito entre sítios de produção e moradia, e assim por diante. Tais divisões são meramente analíticas, devendo ser lidas, tendo em mente a vida vivida.

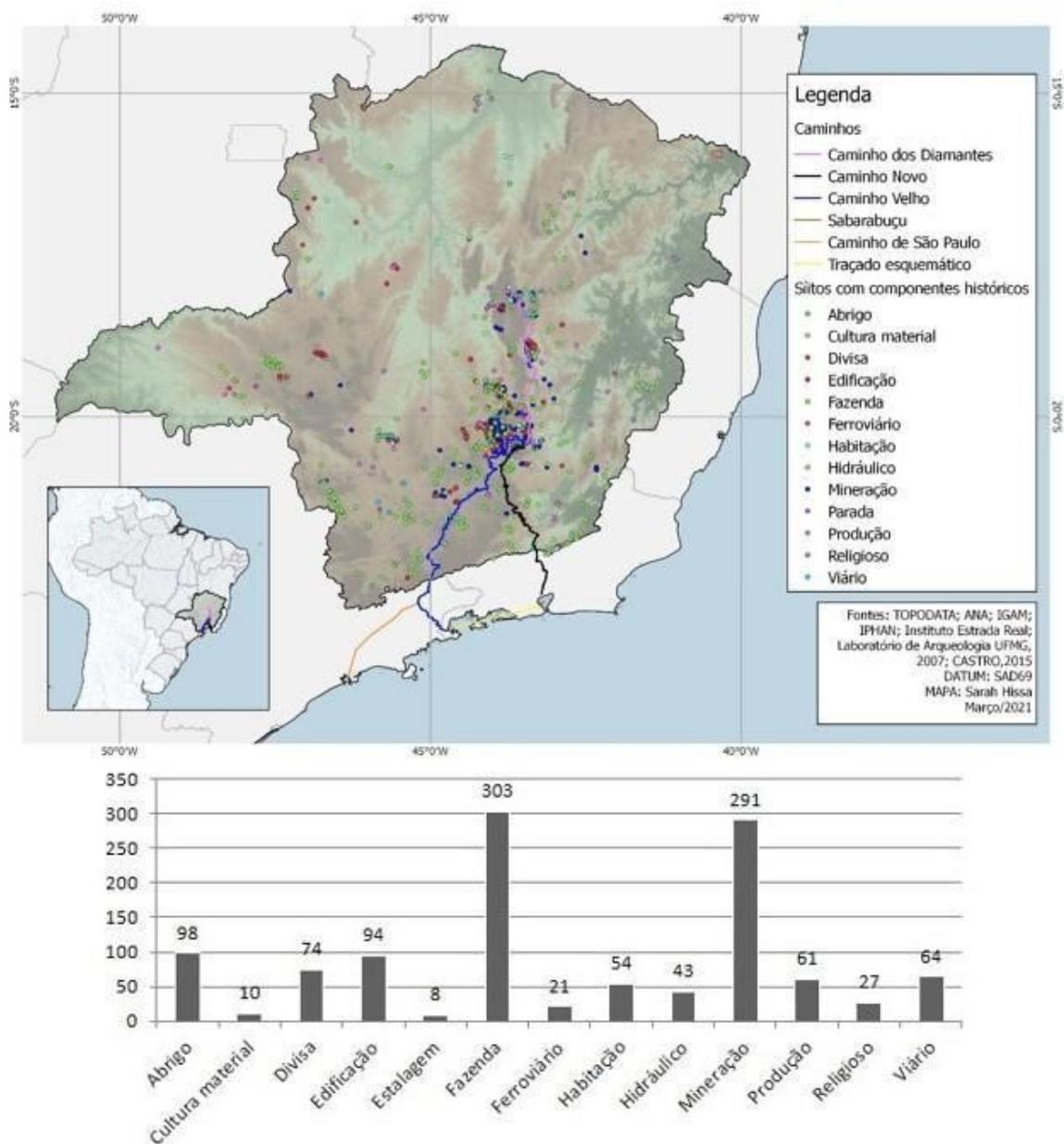


Figura 1. Tipos de sítios arqueológicos históricos em Minas Gerais.

Observa-se que há uma predominância numérica de sítios de mineração e de fazenda. Entre outros fatores a serem discutidos adiante, essa alta frequência reflete a intensa exploração histórica da região associada à mineração de ouro e posteriormente a outros metais, como ferro; bem como as atividades produtivas de subsistência e, posteriormente, de café no sul de Minas. Deve-se também lembrar que algumas categorias são estruturas isoladas, porém indicativas de partes já ausentes ou de elementos ainda não prospectados às quais outrora se conectavam. Esse é o caso de estruturas hidráulicas e trechos de antigos caminhos ou estradas. No caso de sítios de mineração, por exemplo, estes podem abarcar não somente as estruturas de exploração direta (como tanques, mundéus, escavações no terreno, empilhamentos de rejeito, entre outras), mas também estruturas hidráulicas, caminhos, edificações, habitações e estruturas de produção, como currais, etc. (para mais informações, ver C. GUIMARÃES, 2003; REIS, 2007). Da mesma forma ocorre também com sítios de fazenda, que, além de habitação, também podem incluir estruturas hidráulicas e de produção, estruturas de divisa de propriedade, caminhos, etc. Nesse sentido, sítios de mineração e sítios de fazenda poderão ser conjuntos amplos de estruturas arqueológicas muito variadas. Encontrar trechos de canais e caminhos pode indicar conexões com ainda mais vestígios que os contextualizarão melhor. Toca-se no caráter fragmentário do vestígio arqueológico e do cuidado em que seu registro e seu estudo considere essa questão e a possibilidade de delimitação integral. Como exemplo, apenas 64 estruturas individuais de elementos viários e 21 ferroviários foram registradas no banco de dados, mas os caminhos como um todo, como as estradas reais e linhas ferroviárias, e seus traçados podem ser considerados os sítios arqueológicos em escala mais ampla.

A maior parte dos sítios representados na Figura 1 se concentra na porção central e sul do estado, o que pode ser explicado, em boa medida, pela centralização de pesquisas nessas áreas, associadas ou não a licenciamentos de empreendimentos. Voltando aos sítios de mineração e fazenda (ver Figura 2), apresentam-se algumas métricas breves, que indicam padrões de implantação e, também, continuidade de uso do espaço. Os sítios de fazenda apresentam grande variação em elevação, de c.150-1400m, mas com frequência notadamente maior entre c.700-1000m, e estão majoritariamente implantados em áreas de planaltos, patamares e depressões. Os sítios de mineração histórica apresentam também grande variação em elevação, de c.250-1500m, com alguma frequência maior entre c.1200-1400m, e estão majoritariamente implantados em áreas de serras e planaltos. Ainda, estruturas hidráulicas, estruturas viárias e abrigos podem aparecer em declividades² mais altas, em relevo ondulado (20 a 45%) e montanhoso (45 a 75%), em função da presença de cavidades, para o caso dos abrigos, e jazidas minerárias no caso de áreas de lavra. Além disso, nota-se que a implantação de caminhos e aquedutos são flexíveis e adaptáveis às necessidades humanas.

² *Shapefile* em percentual de declividade elaborado por José Francisco Ladeira Neto (2013), segundo o qual o mosaico de imagem SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) foi utilizado como dado de base e a classificação da declividade das formas de relevo adotada como referência foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e EMBRAPA (Plano 0 a 3%, Suave ondulado 3 a 8%, Ondulado 8 a 20%, Forte ondulado 20 a 45%, Montanhoso 45 a 75% e Escarpado > 75%).

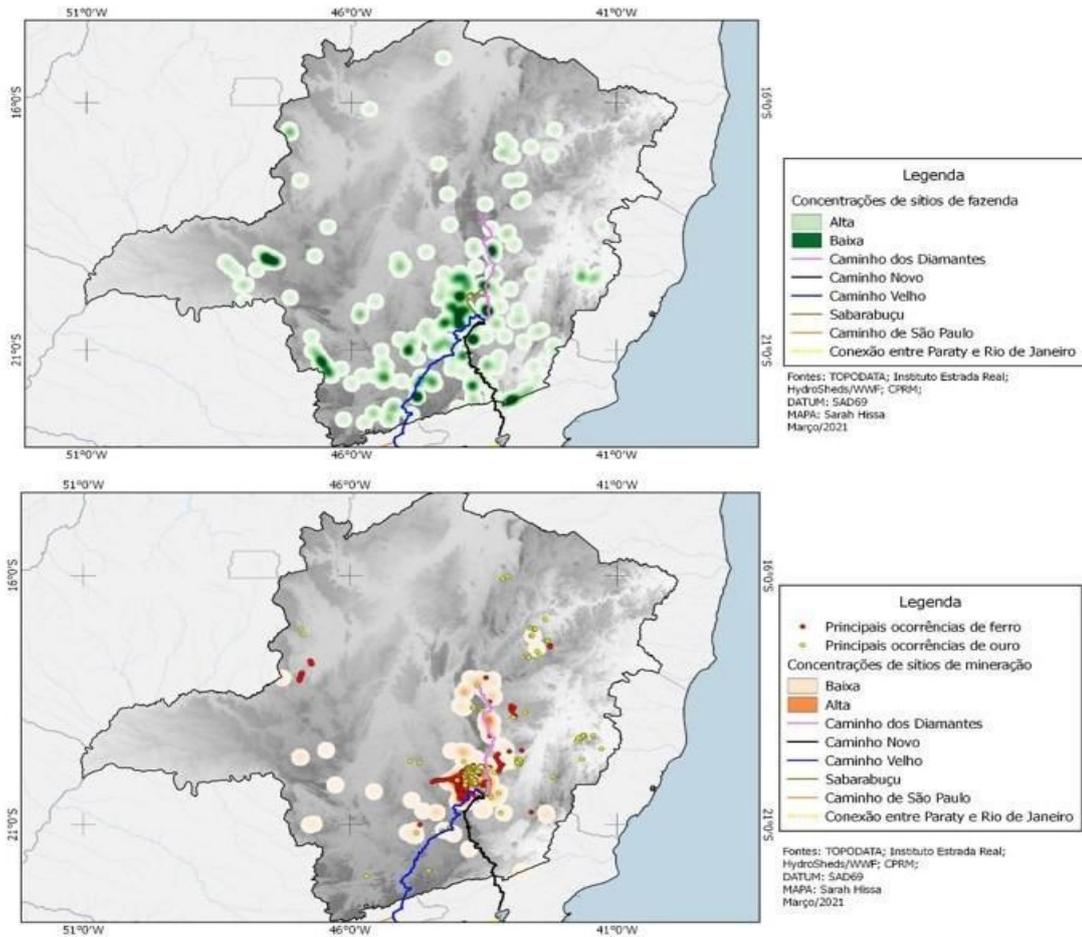


Figura 2. Mapa acima: concentração de sítios de fazenda (verde); Mapa abaixo: concentração dos sítios de mineração (em laranja) e recursos minerais (pontos amarelos e vermelhos).

Considerando a delimitação do atual estado em comarcas de 1720, a distribuição dos sítios (ainda que essa delimitação agrupe ocupações de diferentes cronologias) se dá em sentido similar à situação descrita acima. Observa-se uma quantidade maior de sítios já identificados na comarca do Rio das Mortes, seguida da comarca de Villa Rica (Gráfico 1). Nota-se que sítios de fazenda estão principalmente na comarca do Rio das Mortes, enquanto a quantidade de sítios de mineração é muito maior na comarca de Villa Rica do que na do Sabará, que equivale às do Serro Frio e do Rio das Mortes.

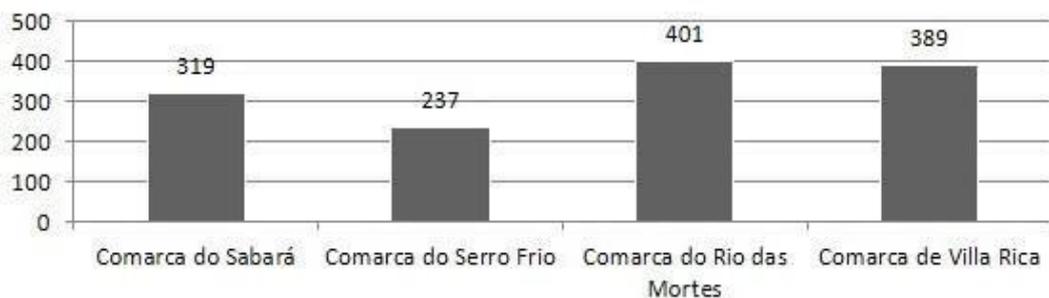


Gráfico 1. Quantidade de sítios por comarca (divisão de 1720)³.

³ A camada *shapefile* de divisões das comarcas em 1720 foi elaborada pelo Prof. Dr. José Flávio Castro (PUC-MG) (2015, 2019) e gentilmente cedida para esta pesquisa.

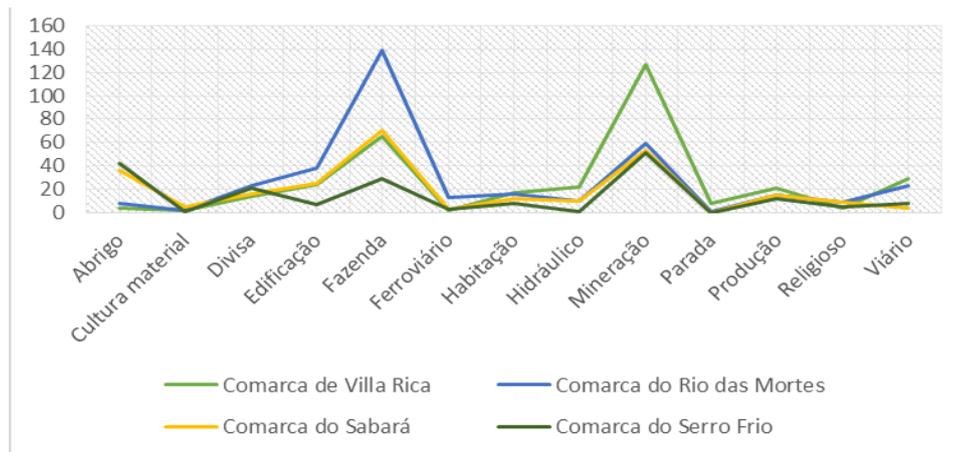


Gráfico 2. Tipos de sítio por comarca (divisão de 1720).

Essas recorrências na implantação geográfica de sítios onde se realizava atividades similares denota uma duração do tipo de relação que se tem com o espaço. Por exemplo, entre os 291 sítios identificados como de mineração histórica, do século XVIII ao início do XX, 144 foram identificados e registrados em âmbito de licenciamento de empreendimentos minerários. Isso indica um palimpsesto da atividade humana em mesmo local, que é particular uma vez que a atividade produtiva é recorrentemente a mesma. Sobretudo, como já dito, indica a sobreposição de interesses econômicos ao longo do tempo em função da localização das próprias jazidas minerais, gerando impactos ambientais intensos, cumulativos e, por vezes, catastróficos sobre uma mesma região. É evidente que vários aspectos dessas ocupações se transformam com o tempo (como, por exemplo, elementos técnicos da exploração ou trocas comerciais, bem como a dimensão dos impactos no meio ambiente), mas é também evidente que se trata de processos centenários, cuja profundidade temporal revela persistência de degradação. E essa persistência revela também uma continuidade da posição político-econômica do país enquanto produtor e exportador de bens primários e consumidor internacional de produtos beneficiados, mantendo internamente os impactos negativos do extrativismo e sua posição subalterna no mercado internacional (GALEANO, 2013; HARVEY, 2013; ZHOURI *et al.*, 2010, 2016). Essa situação é ainda amparada por um léxico que descreve e justifica a conjuntura como expressão lógica da *vocação* da região, tal como vocalizado por mais de um representante político do estado ao longo dos anos, a partir da qual a existência e localização das jazidas supostamente determinaria atividades econômicas e suas graves implicações sociais.

Em outro exemplo de sobreposição no espaço de ocupações similares, as cidades históricas trazem questões de peso. Os usos ininterruptos, heterogêneos, irregulares, destrutivos e construtivos desses lugares geram múltiplas consequências de ações e podem produzir complexas sequências de eventos no presente que transformam o registro de ações passadas. Essas narrativas podem ser em escalas distintas; da mais reduzida, no nível de renovações de pisos em um sítio, à mais ampla, no nível de grandes aterramentos e abertura de ruas. Como resultado, pode-se definir sítio arqueológico como a cidade como um todo, uma unidade doméstica ou uma praça na mesma cidade, a depender da ênfase dada, definida de acordo com processos de ocupação, questões tafonômicas ou interesse de pesquisa (CRESSEY; STEPHENS, 1982; STASKI, 1982). Por exemplo, o bairro inteiro do Recife Antigo consta no CNSA/IPHAN. Embora Ouro Preto, Mariana, São João del Rei ou Diamantina e tantas outras não estejam no banco

oficial (e isso estará mais associado a ênfases particulares dos trabalhos praticados do que exclusões deliberadas de pesquisadores ou do órgão gestor), elas podem ser consideradas sítios arqueológicos à mesma maneira do Recife Antigo. Ainda, há uma questão importante do ponto de vista da gestão patrimonial. A ocupação ininterrupta e/ou atual de sítios arqueológicos, que, apesar de muito mais frequentes entre sítios históricos, não é exclusiva deles, implica numa relação ativa e constante com a fisicalidade do sítio; o sítio ainda faz parte do cotidiano diário das pessoas; vive-se nele. Nesse sentido, disso decorre a necessidade de se adequar sua configuração material para necessidades do presente. No caso de unidades domésticas ou logradouros públicos, pode-se incluir a necessidade de transformações para adequá-los aos usos e fins cotidianos, como o debate que chegou ao Ministério Público em 2013 acerca da retirada de paralelepípedos de vias públicas calçadas em Ouro Preto⁴. Esta é já uma questão delicada no caso de propriedades públicas, como casarios, ruas e praças, mas torna-se extrema no caso da propriedade privada. O instrumento do tombamento de patrimônios materiais (que em nível federal foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937) já trata demandas similares, a partir do qual pode-se alterar alguns aspectos da construção acautelada, mas com limites específicos e mediante anuência e supervisão do órgão patrimonial. Contudo, os procedimentos federais de fiscalização e supervisão conforme o acautelamento pela Lei Federal 3.924 de 1961, comumente referida como “Lei de Arqueologia”, ainda não estão bem estabelecidos para o caso de sítios urbanos históricos, ou mesmo grandes fazendas em uso e de propriedade particular. No entanto, lembra-se o potencial científico e educacional a ser preservado que apresentam esses palimpsestos de ocupações subsequentes.

Voltando aos *clusters* de sítios de produção representados na Figura 2, além de ilustrarem intensa exploração histórica da região, eles ilustram, também, a tendência tradicional em atribuir maior valoração a sítios associados a atividades econômicas, com uma ênfase na continuidade e predominância do elemento europeu. Sítios associados a eventos e processos de contato entre indígenas e europeus são diminutos. Vale lembrar a crítica feita por Fabian (2013) sobre várias posições da antropologia acerca de como essas perspectivas servem para manter subjugo epistemológico do *outro*. O autor discute como a disciplina mantém povos tradicionais como estáticos no tempo, negando-se a eles *coetaneidade* com o restante moderno. Nesse movimento de negar a coetaneidade entre o antropólogo e os povos estudados, distancia-se o tempo do observador e o tempo do observado, tornando-os assíncronos e não coevos entre si, negando sua simultaneidade e contemporaneidade. Com fins ideológicos, afasta-se a distância entre o dito ocidente moderno e o restante. Assim, há todo um léxico que apoia tal negação da coetaneidade, que nem precisa ser obviamente temporal, mas acaba desempenhando função temporalizadora. Essa crítica é certamente válida também para a arqueologia histórica, como vários autores já vem abalizando.

Souza (2017), com base teórica em autores como Kent Lightfoot e Stephen Silliman, já apontou a posição quase invisível que a arqueologia histórica tradicional brasileira proporciona a povos indígenas. O autor ressalta o problema teórico no uso de marcadores étnicos materiais para identificação da presença indígena em sítios históricos, a dificuldade em identificar indígenas em áreas urbanas e a tendência da disciplina em enfatizar ou demandar uma copresença (op. cit., 2017) com o europeu para identificação de sítios e vestígios históricos indígenas. Nesse sentido, a própria

⁴ Ver reportagem sobre o assunto em <<
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/07/16/interna_gerais,423297/calçamento-de-praca-em-ouro-preto-vira-polemica.shtml>>. Acesso em 28/04/2021.

concepção de arqueologia histórica como estudo centrado no processo de expansão da modernidade capitalista no mundo (ORSER, 1996) — apesar de ter desempenhado importante papel em estender o período que é objeto da arqueologia, bem como dado um propósito consistente à arqueologia histórica — se mostra insuficiente para esses contextos, no que apresenta implicações colonialistas e eurocêntricas, na qual a ênfase resta no invasor e o *outro* permanece sendo o indígena.

Lembra-se então alguns trabalhos feitos no Brasil, comumente associados à pré-história ou à etnografia, que vêm discutindo modos de continuidade indígena até o tempo presente e histórias de longa duração. Esse é o caso, por exemplo, do estudo de Michael Heckenberger (2001) com processos de etnogênese resultantes de uma “compressão cultural” no Alto Xingu. O autor explicita como, ao longo do período histórico, povos indígenas falantes de línguas distintas se movimentaram no território em decorrência das pressões colonizadoras do euro-brasileiro, o que acarretou uma aglutinação de diferentes povos na região do Alto Xingu e um pluralismo cultural xinguno, resultando, por exemplo, na adoção pelos grupos migrantes chegados de aspectos culturais persistentes e já dominantes na região. Heckenberger (2005) também ressalta elementos de continuidade entre passado pré-colonial e o presente no Xingu, como a resistência/resiliência de padrões de assentamento e organização espacial (*layouts* dos assentamentos, suas implantações na paisagem, distribuição regional), economia de subsistência e tecnologia (cerâmica, uso de terras, etc.). Observa-se que os vestígios materiais analisados e comparados — passado e presente — são não somente objetos móveis, mas o próprio uso do espaço e manejo das paisagens.

O conceito de cronopolítica traz alguns aspectos para esta discussão. Ao invés de conceber o passado como uma dimensão pré-determinada, finalizada, fixa e à espera de ser descoberta, o termo cronopolítica o enfatiza como construção das ciências, das gestões administrativas e demais agentes envolvidos nos seus representantes ou remanescentes (cultura material, materialidade ou coisas, a depender da opção teórica) no presente (*cf.* WALLIS, 1970; HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; HAMILAKIS, 2011; KLINKE, 2012; NORUM *et al.*, 2016; WITMORE, 2013, 2014). Entre outras discussões, o termo ressalta que aspectos específicos do passado e suas temporalidades associadas são construídas e perpetuadas de acordo com paradigmas atuais. Nesse sentido, o *tempo* é resultado do trabalho da arqueologia (mas não somente dela). Disso decorrem consequências, tais como seleções de patrimônios a serem apresentados como representativos de uma nação ou período. Outra consequência é o afastamento ou a aproximação e coexistência dos eventos do passado com as vivências das comunidades no presente. Como resultado mais significativo, ressalta o potencial positivo de agências conscientes dos pesquisadores e, principalmente, que a aproximação das pessoas com as *coisas e histórias* do passado tem o potencial de gerar, com essas, importância e cuidado (no duplo sentido de zelo e valor que traz o termo em inglês *to care for*) (WITMORE, 2013).

Dito isso, em algumas das discussões aqui já tateadas, ressalta-se que estudar ou preservar apenas patrimônios euro-descendentes é uma decisão e tem consequências cronopolíticas. Ainda, especialmente para contextos históricos indígenas, de contato ou não com o europeu, enfatizar uma divisão abrupta entre pré-história e história (que nada mais é que uma construção analítica) também tem consequências cronopolíticas relevantes, relegando indígenas ao passado longínquo. É violência epistêmica também do ponto de vista de suas temporalidades (FABIAN, 2014). Ainda, sucessivamente destacar nesses contextos as rupturas trazidas pela modernidade capitalista ou a própria presença de objetos ou elementos europeus nega continuidades indígenas e obscurece outros aspectos das histórias dos nativos (LIGHTFOOT, 1995).

O PROBLEMA DA FISCALIDADE E DO LIMITE ESPACIAL, DIMINUINDO A ESCALA

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. (...) É história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. (SANTOS, 2006, p. 66-69).

Alguns sítios desafiam preceitos do que consiste a fiscalidade de um bem arqueológico. É o caso de cortes antrópicos na paisagem (para alguns exemplos, ver Figura 3). Galerias escavadas em rocha, limites de lavra de exploração e cortes em rocha para instalação de trilhos de ferrovias são alguns exemplos. Outros, meros cortes no terreno sem estrutura associada, são valos de divisa de propriedade, aquedutos ou canais d'água (alguns associados a abastecimento doméstico ou em unidades de produção em geral, outros associados a desmonte hidráulico de vertentes auríferas), estradas e caminhos.

De forma assistemática, muitos desses sítios são registrados e cadastrados em prospecções de licenciamento, outros não. O potencial de pesquisa e de proteção que apresentam é em geral depreciado, alguns pela sua frequência, outros pela natureza da sua constituição física. No entanto, apresentam potencial de pesquisa, como os valos e histórias agrárias locais (MIRANDA, s/d; MIRANDA; ALVARENGA, 2016, 2020). Ainda, eles podem remeter a práticas extintas, como os valos, ou podem ser ligações entre áreas maiores de ocupação e atividades diversas, como caminhos e aquedutos. Caminhos indicam também a integração de sítios arqueológicos quando compreendidos como totalidades ou unidades individuais. Sobretudo, todas essas intervenções indicam a presença e ação humana no espaço geográfico como um todo, deixando seus efeitos na paisagem em todas as direções e sentidos.



Figura 3. Fiscalidade de sítios e gravuras históricas em abrigo.

Outro indício fragmentado do uso humano do espaço geográfico são vestígios arqueológicos móveis identificados em pequeno número, descontextualizados e desassociados de elementos estruturais. Falar em *ocorrência arqueológica* já ficou corrente no âmbito do licenciamento ambiental (para definição publicada, ver MORAIS, 2000).

Em alguns casos, esses poucos vestígios “isolados” podem ser resultado de perda ou de descarte em pontos de cruzamento entre lugares de permanência mais duradoura. Sem adentrar o problema da valoração desses vestígios, imagina-se que essa materialidade, ao remeter a uma permanência efêmera em dado local, pode falar sobre trajetos escolhidos em dado terreno ou o que se carrega consigo, não sendo desprovidos de valor de pesquisa. Considerando a totalidade da paisagem, os sítios e vestígios circundantes (ainda que distantes) e as largas distâncias que poderiam ser percorridas por viajantes, pode-se imaginar um espaço em movimento e esboçar territórios. Adiciona-se a essas evidências da mobilidade pela paisagem também os sítios históricos registrados em abrigo rochoso (que somaram o número surpreendente de 97 registros no banco de dados). Em vários desses sítios em abrigo — que ocorrem em rochas tais como as cangas no Quadrilátero Ferrífero (TOBIAS JR. *et al.*, 2015), os quartzitos da região de Diamantina ou em rochas calcárias — foram identificados vestígios em superfície (cacos cerâmicos, cachimbos, louças, etc.), vestígios de fogueira e registros rupestres, com desenhos e gravuras, remetendo a pessoas em trânsito ou mesmo em fuga, mas, em todo caso, em movimento.

Enquanto esses vestígios evocam um trânsito mais livre na paisagem, volta-se então para estradas e caminhos coloniais. Esses trajetos se tornaram alvo de alguma atenção em MG, notadamente turística, nas últimas décadas, desde o governo Aécio Neves (HISSA; ALMEIDA, 2014). Nem sempre as estradas são calçadas ou apresentam grandes estruturas associadas, como pontes. Há vários trechos dessas estradas reais, caminhos e trilhas que não são nada mais que marcas no terreno, como já ressaltado. Há ainda as ferrovias, que já remetem a período posterior e trajetos ainda mais fixos na paisagem. Caminhos e ferrovias compõem uma categoria de vestígio linear, de presença transitória de pessoas, mas duradoura de vestígios.

Os caminhos descrevem não somente o trânsito de pessoas, mas também das cargas a longas distâncias, incluindo componentes importados (cuja circulação inclusive resulta nas tantas louças, vidros e demais itens arqueológicos de origem europeia em sítios do interior), remetendo então a longos trajetos, conexões transatlânticas e múltiplas mobilidades de pessoas e coisas. Ainda, podem ser melhor entendidos em conjunto, como complexos ou malhas de trânsito, deliberadamente construídos no processo de estabelecimento de territórios (como em ALMEIDA, 2012), ao invés de sítios pontuais. Além disso, as próprias elevações do terreno, a vegetação e a hidrografia também fazem parte do traçado, no sentido da sua concepção e implantação na paisagem. As paisagens são mais que cenário de eventos; são participantes nas relações que se constrói nelas e com elas. Nesse sentido, Almeida (2018) traça uma narrativa das técnicas corporais envolvidas e aprendidas no deslocamento dessas pessoas no período colonial, nas quais o espaço é um agente, juntamente aos sertanistas e tropeiros.

Essas mobilidades se relacionam ao conceito de territorialização enquanto um processo contínuo e sempre inacabado, no qual se desterritorializa e reterritorializa, na tensão permanente de tornar-se e desfazer-se (HAESBAERT, 2011, cuja discussão remonta especialmente a Deleuze e Guatarri). Nesse sentido, aponta-se que os tropeiros e viajantes em geral ao longo do espaço colonial e império viviam esse movimento de reterritorialização constante de forma particular, sendo suas mobilidades fortes componentes de suas vidas. Bronnemaïson e Cambrèzy (*apud* HAESBAERT, 2011) descrevem esse processo como muito distinto do de possuir um território, sendo, ao contrário, pertencer, habitar e, principalmente, se impregnar de um território junto a outros seres vivos e mortos. Esse impregnar é também imergir, observar, conhecer e perceber no sentido mais profundo do termo (INGOLD, 2011).

A dificuldade em se delimitar sítios que remetem mais diretamente à mobilidade reside na busca por limites estáticos e observáveis, o que é válido não somente para sítios

históricos. Nessa direção, Bronnemaïson e Cambrèzy (*apud* HAESBAERT, 2011) apontam como a lógica territorial cartesiana moderna não admite sobreposições, bem como dá pouca ênfase aos fluxos e ao movimento. Uma lógica territorial “culturalista” pós-moderna (*op. cit.*, 2011) que trata de pertencimento e identidades, que supõe afetividades, intensidade de vida e, finalmente, de redes múltiplas (mais que fronteiras), não é bem representada na cartografia e em geometrias, que é uma das bases do que chamamos *sítio arqueológico*. Nesse sentido, vale lembrar que, curiosamente, Dannel (1992) já apresentava uma revisão crítica da história e de implicações de várias noções de sítio arqueológico, concluindo a interessante e transgressora possibilidade de se trabalhar o registro arqueológico na ausência desse conceito, tanto no contexto de pesquisas quanto da gestão.

Agora considerando sítios de amplas dimensões, com inúmeras estruturas e feições na paisagem que as circundam, ressalta-se o caso de alguns sítios de mineração aurífera. Eles podem ser grandes complexos de estruturas de extração, podendo ser de aluvião ou áreas de desmonte hidráulico (C. GUIMARÃES *et al.*, 2008; CAMPOS, 2012), cujos limites desafiam o que se espera de um sítio arqueológico circunscrito e impermeável. Esse é o caso, por exemplo, do sítio arqueológico Aredes, situado em Itabirito no quadrilátero ferrífero e em proximidade às fronteiras entre as Comarcas do Sabará, do Rio das Mortes e de Villa Rica. Esse sítio compreende as ruínas principais da Fazenda Aredes e um complexo produtivo (contando então com casa de vivenda, capela, senzala, venda, curral e extrações minerárias), em funcionamento de forma variada entre os séculos XVIII e XIX. A fachada da casa principal é voltada para norte, mas há as estruturas produtivas em todo seu entorno. A Figura 4 ilustra tanto a proximidade entre estruturas similares quanto a intervisibilidade⁵ presumida entre as ruínas principais e seu entorno num raio de 10km. Entre os sítios dentro desse possível campo de visão estão Lavra das Serrinhas, Fazenda Água Quente e várias estruturas de mineração (*cf.* LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA UFMG, 2010).

⁵ A ferramenta que calcula intervisibilidade no QGIS não exclui vegetação, de modo que a área visível estimada a partir de dado ponto é presumidamente maior que o que teria sido de fato. Ainda, no caso de Aredes, lembra-se que o entorno das ruínas principais foi intensamente alterado pela extração mineral posterior ao ciclo do ouro.

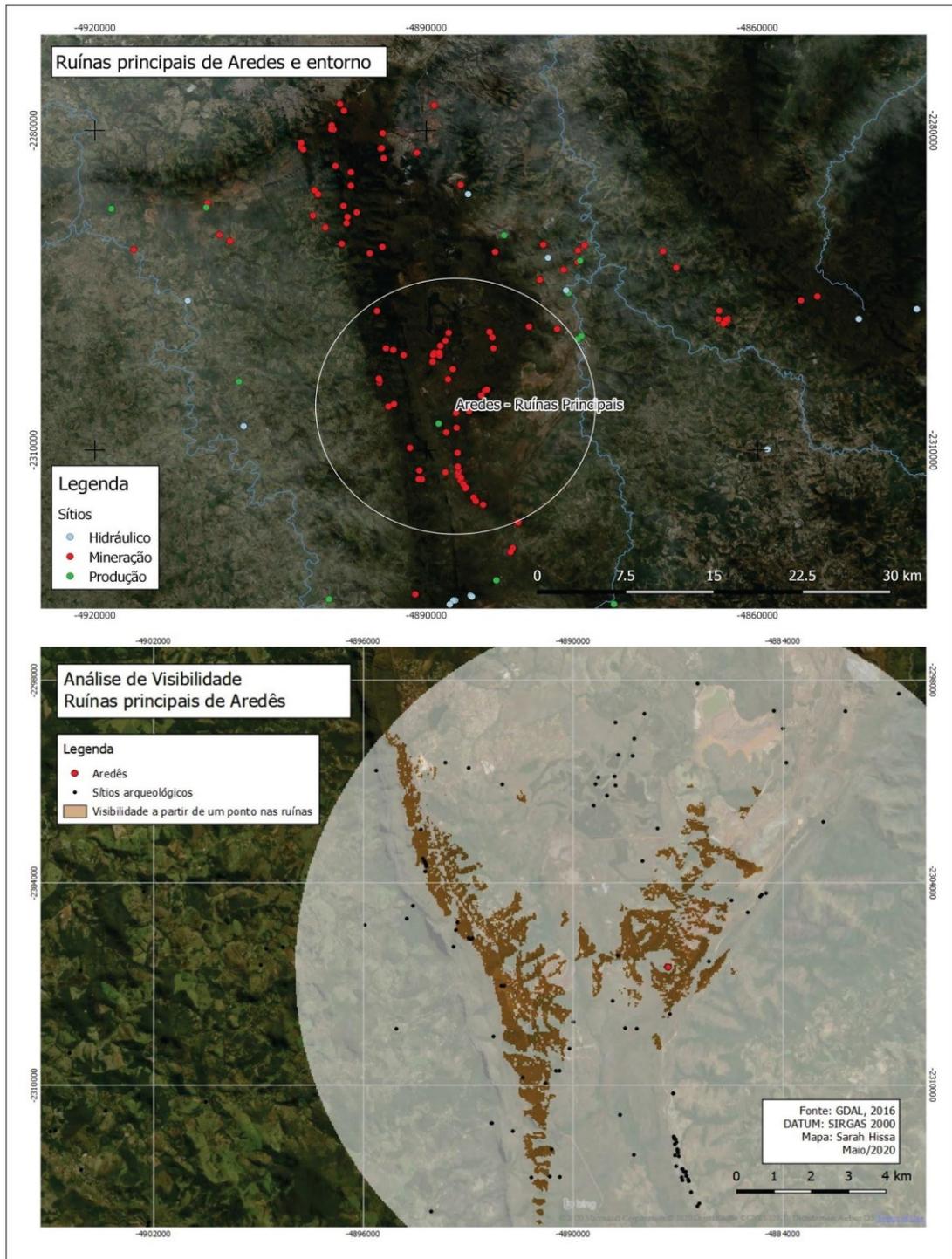


Figura 4. Intervisibilidade do sítio Aredes (ruínas principais).

O sítio Aredes ressalta mais as dimensões econômica e política de território, no que alude a influências e domínios exploratórios. No entanto, outros aspectos do processo de territorialização certamente se fizeram presentes. Territórios podem ser estabelecidos (exploração, colonização e assentamento permanente), mantidos (intergeracionalmente, expansões, fissões) e transformados (mudança de uso ou abandono). Parte desse processo vivido inclui a visibilidade do entorno, a possibilidade de comunicação, controle ou, ao contrário, de ocultamento. Considerando que território é paisagem apropriada, significada e vivida em atividades, familiaridade, pertencimento e histórias (ZEDENO,

1997), essa paisagem minerária é também território. Embora não haja evidências cabais da sincronia de funcionamento de todas as estruturas produtivas no espectro visível a partir do núcleo principal de Aredes, a localização elevada da sede da fazenda não é por acaso, denotando controle visual do entorno e imponência na paisagem. Nesse sentido, o território de Aredes abarcava as ruínas principais, o que se vê a partir delas e, ainda, mais adiante da paisagem visível. Assim, pensando na dificuldade (ou até impossibilidade) em se circunscrever tais processos de territorialização e reterritorialização, posto que deles faz parte um *todo* não dimensionável, é que a proposta de Durnel (1992) faz mais sentido.

A intervisibilidade como componente de um território pode ser especial também para sítios deliberadamente explícitos ou escondidos. É o caso das ruínas da Casa da Moeda Falsa, que foi fábrica de moeda clandestina, com fundições e cunhagens ilícitas evitando taxas reais (A. GUIMARÃES, 2008). Como Aredes, o sítio está situado no quadrilátero ferrífero e em proximidade às fronteiras entre as Comarcas do Sabará, do Rio das Mortes e de Villa Rica. Contudo, ela se situa no sopé da vertente oeste da serra da Moeda. Está localizada, de forma geral, relativamente próxima às atuais cidades de Sabará e Ouro Preto, bem como de vários sítios arqueológicos de mineração histórica. Mas sua posição específica frente seu entorno indica relativamente pouca visibilidade considerando um raio de 5km, cuja maior fragilidade parece vir da serra da Moeda, a nordeste das ruínas, onde há uma série de vestígios arqueológicos de caminhos antigos. Na territorialização da Casa de Moeda Falsa, já em escala menor, o lugar evita a vizinhança e a interação em contiguidade ampla, utilizando-se das próprias formas da paisagem (ver Figura 5).

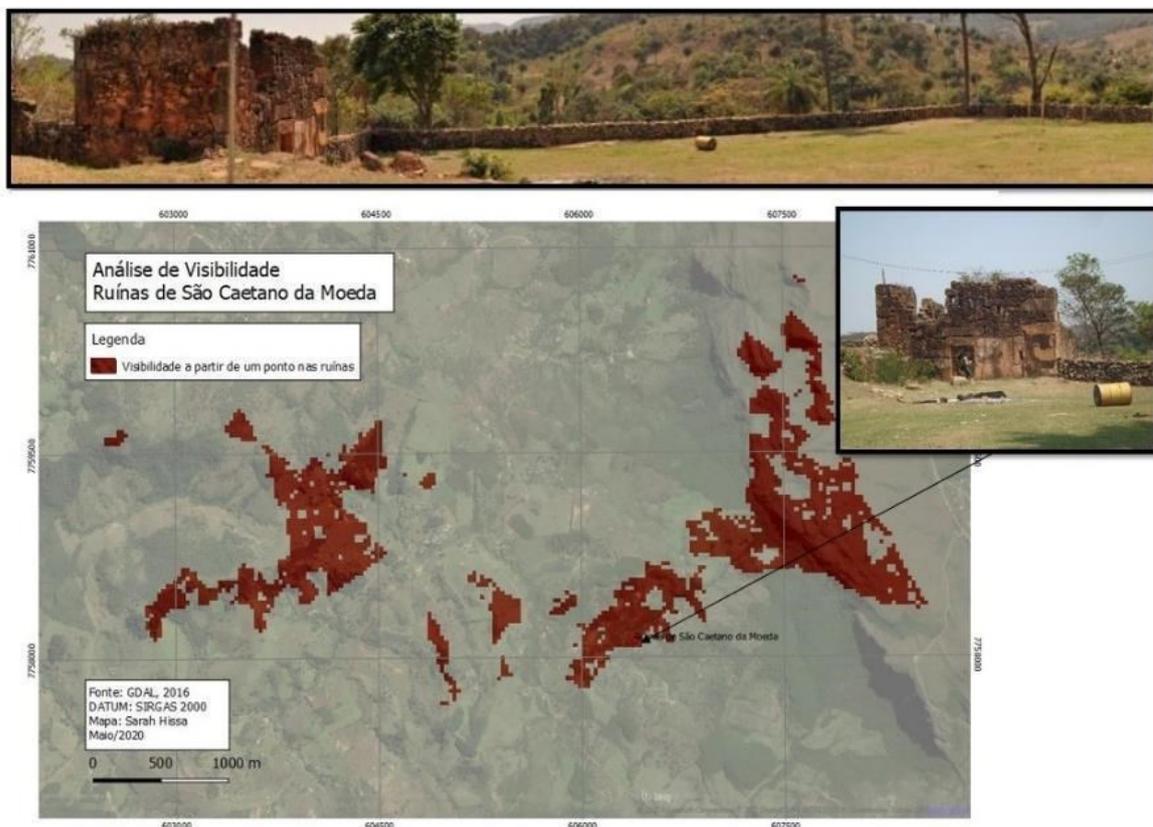


Figura 5. Intervisibilidade do sítio Ruínas de São Caetano da Moeda.

Trazer o elemento visível da paisagem e do território não é somente um exercício de ferramenta cartográfica, mas é lembrar que territorializar-se é também uma experiência de imersão visual (INGOLD, 2011, p. 128), na qual a paisagem é efetiva. Mas, de fato, como já dito, a cartografia é pouco competente na representação de territórios e de processos de territorialização, precisando-se deduzir as profundidades e os volumes das massas, a mescla com os demais sentidos, o toque enraizado dos pés ao chão (op. cit., 2011), sentimentos de pertencimento e identidades, afetividades e intensidade de vida (BRONNEMAISON; CAMBRÉZY *apud* HAESBAERT, 2011), a co-presença, a solidariedade, cooperação e organização proveniente dela, os sentimentos de vizinhança e intimidade dos lugares (SANTOS, 2006).

Já no que tange a considerar elementos naturais da paisagem, o caso do Quilombo do Ambrósio é de particular interesse. O Quilombo do Ambrósio é um dos poucos sítios arqueológicos tombados pelo IPHAN, além de acautelado pela Lei de Arqueologia. Trata-se de um acampamento de escravizados fugidos, bem documentado na historiografia. O sítio integra um valo defensivo em forma de ferradura, dentro da qual foram feitas sondagens e recuperados vestígios móveis (C.GUIMARÃES e LANNA, 1980). Por sua vez, o Morro do Espia, elevação próxima ao quilombo, não acautelado pelo órgão patrimonial, não apresentou vestígios móveis. Contudo, era parte integral do quilombo, no que era utilizado como ponto de vigilância defensiva, em constante comunicação com o sítio principal. A Figura 6 ilustra e compara o que é visível a partir de um ponto na borda do valo defensivo do Quilombo do Ambrósio com a visibilidade tida de um alto ponto situado a sudeste no Morro do Espia. Observa-se que o alcance desse ponto no Morro do Espia ultrapassa, em alguns trechos da paisagem, os 8km testados na análise.

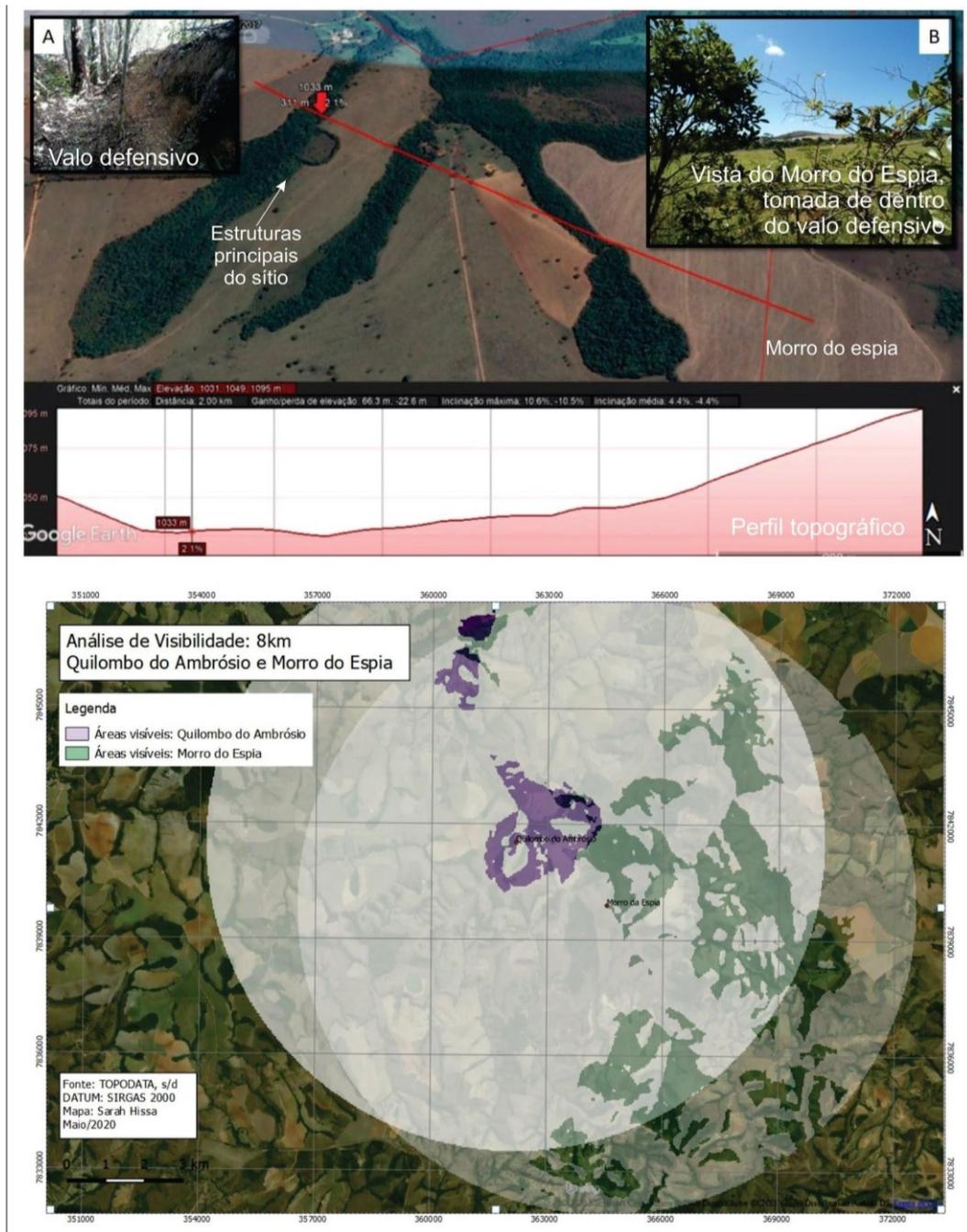


Figura 6. Intervisibilidade do sítio Quilombo do Ambrósio e do Morro do Espia.

Mantendo em mente a particularidade e a sensibilidade de contextos indígenas, que remetem a fortes demandas políticas por reconhecimento e espaço, lembramos os tantos lugares significativos constituídos de materialidades que a arqueologia tradicional não concebe como sítio. Para um exemplo, Raoni Valle e colaboradores (2018) descrevem sítios “culturais não-antropogênicos” nas suas fisicalidades e nas apropriações cognitivas e ontológicas indígenas, defendendo simetria no status jurídico dessa materialidade, bem como uma necessidade de repensar o léxico arqueológico especializado para abarcar conceitos não-ocidentais. Novamente apesar desses serem contextos indígenas, a lógica de lugares não-antropogênicos como marcadores de memória pode ser aqui tomada emprestada para pensar o Morro do Espia e outros elementos da paisagem que fazem parte crucial do processo de territorialização. Além do Morro do Espia, integrado

especificamente ao sítio quilombo do Ambrósio, figuram especiais também os marcos na paisagem que foram sempre auxiliares no trânsito de viajantes, tais como o Pico do Ibituruna, o do Itambé e o Pico do Itabirito, tombados pelo IEPHA, mas que merecem acautelamento também do ponto de vista arqueológico. Esse último, por exemplo, constou em mapas históricos desde o primeiro quartel do século XVIII, nos relatos dos cronistas oitocentistas, como Richard F. Burton, W. Ludwig von Eschewege, Auguste Saint-Hilaire, Johann Spix e Carl Martius, e na poesia-denúncia do itabirano Carlos Drummond de Andrade (2017), quando esse registrou sua preocupação em restar do pico minerado somente seu *fantasma desolado*. Nesses exemplos, elementos da paisagem podem ser entendidos como patrimônio também arqueológico, mesmo a partir dos seus elementos materiais não-antropogênicos, posto que foram incorporados nas concepções coletivas e individuais enquanto presença, herança do passado e construção transversal e transtemporal (SANTOS, 2006), vivas em imaginários coletivos e identidades, construções essas que remontam, no mínimo, aos séculos da colonização, mas talvez a períodos bem anteriores, considerando os sentidos toponímicos dos nomes indígenas que ainda persistem.

O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE E DA CRONOPOLÍTICA NA ESCALA DE SÍTIOS ESPECÍFICOS

Falou-se até agora algo de palimpsestos de práticas e ocupações que compõem espaços urbanos e rurais. Falou-se também sobre a primazia dada na arqueologia histórica ao registro arqueológico eurodescendente e como povos indígenas figuram pouco frequentemente sob essa rubrica. Também da fisicalidade que se requer para o status de arqueológico, bem como de limites espaciais de sítios e processos de territorialização. Esses aspectos podem ser discutidos também a partir do conceito de *cronopolíticas*, que, como dito, releva formas e consequências da produção e da manutenção de temporalidades específicas.

Um exemplo da cronopolítica envolvida na patrimonialização brasileira pode ser encontrado nas habitações camponesas tradicionais (para um exemplo, ver Figura 7), comumente elaboradas em pau a pique, com cobertura de palha, porventura com fornos, vegetação secundária e criação de animais associados. Esses sítios são pouco valorizados em sua cultura material, enquanto ganham relevo sítios urbanos e sítios de fazenda, estando também sub-representados na base de dados aqui usada. No entanto, são vestígios materiais de significativas populações ao longo do tempo. Seus sítios representam técnicas produtivas antigas, cuja continuidade e estado atual cumpre registrar (cf. C. GUIMARÃES *et al.*, 2007).

Considerando contextos nordestinos, Daniella Magri Amaral e Rafael Abreu de Souza também ressaltam, entre outros aspectos de seus trabalhos, os efeitos dessa valoração hierarquizada de sítios arqueológicos que menosprezam (observando também o sentido direto de *menos preço*) a materialidade que remete a populações despossuídas. Amaral (2012, 2019) discute questões sobre preconceitos da própria arqueologia contra sítios arqueológicos sertanejos, bem como preconceitos da sociedade nacional contra o nordestino. Ressalta a importância e a persistência de potes cerâmicos de armazenagem de água, considerando a escassez desse recurso no semiárido da caatinga nordestina, tornando essas peças verdadeiros emblemas da resiliência e da memória daquelas pessoas. Já Souza (2017) teve, como objeto principal de estudo, casas rurais de pequeno porte na caatinga nordestina, com datação entre início do século XX ao início do XXI, para estudo diacrônico do passado recente de uma categoria humana pouco relevada em estudos de arqueologia histórica. A pesquisa conjuga a ecologia histórica de autores como

Clark Erickson e o conceito de capital paisagístico para refletir sobre como o manejo humano constrói o ambiente e sobre a suposta “morte” do campesinato.

Nesses casos, além da desvalorização de populações despossuídas na sociedade, bem como de seu patrimônio material, ressaltando sua posição subalterna no que tange ao caráter econômico e político, há aqui também uma cronopolítica, na qual o tempo rural é menos valorizado que temporalidades urbanas. Em primeiro lugar, o tempo urbano é supervalorizado por conotar modernidade e progresso, uma intensa humanização das atividades e afastamento frente à natureza e à ideia de um tempo regido pelas estações e pela sazonalidade, pelo canto do galo, pelo raiar do sol. Enquanto isso, o tempo rural remete ao que é tradicional, estável, rotineiro, ao contato com a natureza e seus ritmos particulares, no qual a produção e as rotinas diárias e anuais também têm outro ritmo e sazonalidade. O consumo é regido por um compasso distinto, seja pela distância dos centros comerciais, seja pela carência de recursos ou pela escolha agentiva de manter produções e práticas tradicionais. A diferença estereotipada entre o rural e o urbano, no que tange à cronopolítica observada na valorização da materialidade patrimonial, é também diferenças entre o rápido e o lento, entre transformações e estabilidade, entre progresso e tradição.



Casa de pau a pique, Juiz de Fora

Figura 7. Casa camponesa.

Já pensando em contexto urbano, ressalta-se o casarão Luís Estrela, que é um dos sítios com data mais recente de Minas Gerais e que consta no CNSA/IPHAN. Localiza-se na região central de Belo Horizonte, sendo propriedade do Estado. Foi construído em 1913, em estilo arquitetônico eclético, e nele funcionou o Hospital Militar entre 1914 a 1945, o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil de 1947 até 1980, e, até a década de 1990, a sede de um centro psicopedagógico, a Escola Estadual Yolanda Martins Silva. Esse espaço belorizontino, que teve uma história também de segregação, tomou recente visibilidade quando um grupo de ocupantes o reivindicou para usá-lo como um centro de arte, cultura e educação, o que foi concedido (Espaço Comum Luiz Estrela, 2015). Nesse contexto foi feito o cadastro do sítio. Nota-se que a eleição desse sítio para inserção no CNSA passa pelo interesse acadêmico e social de arqueólogos específicos, mas também pela transformação dessa antes instituição de controle afastada da comunidade em um espaço de fruição comum e de representatividades agentivas, inclusive a dos arqueólogos envolvidos (MOREIRA, 2015). Aqui, lembra-se de que o passado não é finalizado ou parâmetro externo à sociedade, mas é construído por ela continuamente no tempo presente.

A continuidade particular expressa na Chacrinha dos Pretos (ver Figura 8) também traz aspectos para o argumento. A área de uma antiga fazenda em Belo Vale, com

estruturas como senzala, currais, alambique e depósito, e cuja casa grande teria sido proeminente em dois andares, é habitada por uma comunidade quilombola, já certificada pela Fundação Palmares (2007) (LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA UFMG, 2013). Após um período de distância, mesclada a um receio, desconhecimento e desinteresse em relação às ruínas, bem como de distância em relação à identificação com o passado escravo e identidade negra, os quilombolas da Chacrinha dos Pretos recentemente retomaram essa relação com o sítio arqueológico num processo de ressignificação das ruínas, erigindo uma sólida narrativa histórica que valoriza passado e presente (LIMA *et al.*, 2013; LEMOS, 2014). O tempo como fluxo contínuo e linear dá lugar à presença de um passado atuante na memória e vida contemporâneas.



Figura 8. Janelas e palimpsestos no sítio Chacrinha dos Pretos.

Lembra-se aqui da arqueologia pública realizada por Márcia Bezerra na ilha de Marajó e o valor que tinham para a comunidade local as ruínas e objetos aflorantes. Em “As moedas dos índios”, Bezerra (2011) discute a diversidade de formas da fruição do patrimônio arqueológico na ilha de Marajó, evidenciando que essas fruições não significam a destruição patrimonial, mas uma relação com as coisas do passado que é íntima e cotidiana no presente. Nas ruínas de uma missão histórica, vários vestígios

históricos, como moedas ou fragmentos de louças e metais, são incorporados nas práticas colecionistas dos passantes recorrentes, enquanto a própria ruína atua como um marco paisagístico que abriga histórias de vivência local. Esse exemplo leva à importante discussão do que é patrimônio arqueológico e como ele deve ser gerido. Em outro trabalho, Bezerra (2018) fala de lâminas de machado usadas na vida cotidiana do presente como lembrança, herança, amuletos, ou mesmo peso de porta. Aqui, o mote é ressaltar que os objetos arqueológicos são agentes e atuantes nas vidas das pessoas no presente, ao invés de elementos estáticos e congelados no passado, referentes a povos antigos e expirados.

Esses exemplos ressaltam vivências pacíficas das comunidades com o pluritemporal (WITMORE, 2014). Ressaltam também o papel das comunidades na construção de suas próprias narrativas sobre seu passado, tornando-se agentes da cronopolítica. Nesses casos, a materialidade representa mais do que ela própria, mas a presença cotidiana do passado nas vidas das pessoas.

Ainda no sentido da cronopolítica, considerando o tempo como construto e ferramenta política no *cultivo de patrimônios*, ressalta-se o ocorrido na comunidade de Bento Rodrigues, Mariana, MG, que foi, junto a outras, impactada pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015. No desastre, o rejeito mineral destruiu violentamente o distrito, deixando mais de 600 pessoas desterritorializadas (ARCURI *et al.*, 2015), “na busca por recompor aquilo que se foi e na tentativa de manter vivas as identidades ligadas ao espaço que já não existe” (SILVA; FAULHABER, 2020 p. 3). Ao analisar falas de atingidos publicadas no jornal *A Sirene* (criado após a tragédia para empoderar reivindicações do coletivo), Silva e Faulhaber (op cit.) delineiam formas pelas quais aquelas pessoas se reterritorializam e repovoam seu patrimônio ao lembrá-lo e falar sobre ele, bem como habitá-lo fisicamente, na medida do possível; fazer procissão e celebração entre ruínas, bem como sepultamento de um atingido no cemitério antigo, são formas de reivindicar o patrimônio, manter tradição e resistir ao esquecimento. Faz também parte desse processo ressaltar insubstituibilidade do objeto e manter uma conexão a partir da identidade única que os define. Ocorre que, segundo as falas dos atingidos analisadas por Silva e Faulhaber (2020), habitar Bento Rodrigues mantém vivas as identidades territoriais, colocando a ruína desse passado contemporâneo como lugar de memória.

Em outro contexto, Eremites de Oliveira (2016) ressalta a importância de se acautelar lugares de memória distintos do que frequentemente se compreende como patrimônio a ser protegido. O cemitério ligado aos Guarani e Kaiowá de Karumbé, localizado na Fazenda Santa Terezinha, no município sul-mato-grossense de Itaporã, guarda a materialidade dos mortos, bem como da sua alma carnal. Essa alma carnal pode, caso perturbada, atuar negativamente no mundo dos vivos. É, assim, lugar de memória e de reverência tradicional, que remete a práticas e cosmologias ancestrais. No entanto, no que o órgão de proteção patrimonial nacional negou ao sítio o *status* de arqueológico, bem como não promoveu outra forma de acautelamento, conceitos indígenas de memória foram excluídos e deixados sem proteção legal, não somente reiterando uma ruptura entre os povos nativos do passado e indígenas atuais, mas também desprovendo-os de aspectos de suas memórias.

Ao contrário do ocorrido entre os Guarani e Kaiowá de Karumbé, para o caso de Bento Rodrigues, um dossiê de tombamento realizado por pesquisadores da UFMG (CASTRIOTA, 2019) recomenda não somente o acautelamento do distrito a nível municipal, estadual e federal enquanto bem de memória sensível, no qual os valores vão além da materialidade da história oficial, mas representa, no caso, referência fundamental da tragédia ocorrida. Castriota (2019) e colaboradores indicam no dossiê o

funcionamento de Bento Rodrigues como um *museu de território* que garantiria participação da comunidade na sua gestão. Primeiramente, essa proposta, ainda em trâmite nos órgãos públicos, pretende que o sítio auxilie na superação do trauma gerado pela catástrofe, mas aja também como memorial nacional para reflexão ativa, evitando que o ocorrido caia no esquecimento. Constitui-se como alerta nacional de como sistemas econômicos neoextrativistas, especialmente sem suficiente fiscalização, atingem setores despossuídos da sociedade de forma profunda e irreversível. Em alguns casos, como esses aqui apontados, a construção da memória requer, nos termos de Witmore (2014), uma *guerra*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões e pesquisas trazidas neste texto foram acionadas para pensar sobre as fronteiras do que se define como *sítio arqueológico histórico*, bem como sobre as classificações que circundam e dão suporte ao conceito. Buscou-se tensionar essas fronteiras, e, num extremo (pensando também em Dannel, 1992), desfazê-las.

Essas fronteiras foram tensionadas nos seguintes sentidos: na cronologia do período abarcado; na dimensão espacial de sítios e de complexos arqueológicos; na fisicalidade tradicionalmente entendida como arqueológica; nos processos socioeconômicos que enfatizam e os coletivos de pessoas incluídas e agenciadas nesses processos; nas relações sociais travadas com a paisagem e os aspectos da territorialização e construção dos espaços e lugares humanos; na importância da agência dos pesquisadores envolvidos e na decisão cronopolítica consciente do que se considera arqueológico, do ponto de vista da gestão e da pesquisa.

Espera-se assim contribuir com as reflexões sobre esse conceito que é instrumental e apresenta desdobramentos, como visto, significativos para pessoas viventes, para a preservação patrimonial e para estudos sobre processos passados.

RECONHECIMENTOS

Este artigo é desdobramento de uma pesquisa de pós-doutoramento, que visou tratar um banco de dados georreferenciados para sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos em Minas Gerais (CNPq/PDJ, Processo nº 157943/2018-6). A pesquisa foi supervisionada pelo Prof. Dr. Andrei Isnardis (UFMG), a quem agradeço muito pelo apoio. A camada de delimitação das comarcas em 1720 foi gentilmente cedida pelo prof. José Flávio Castro (PUC-MG). Fotos, gráficos e mapas são da autora.

Agradeço ao Prof. Dr. Alexandre Delforge (UFSJR) pelo incentivo em trabalhar com SIG ainda em 2015, bem como pela elaboração e cessão de um importante banco de dados de sítios pré-coloniais do estado, que foi apoio fundamental nas análises de gestão do patrimônio internas do IPHAN. Também aos pesquisadores Anaeli Almeida, Edmara Shuch e Élber Glória pelo apoio e trabalho na ampliação daquele banco de dados ainda no IPHAN. A Igor Rodrigues, bem como aos pareceristas anônimos, pela leitura e comentários ao texto. Como de praxe, a responsabilidade das informações é minha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anaeli. *Continuidades na mudança: um olhar arqueológico sobre os caminhos das Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

ALMEIDA, Anaeli. *Diálogos entre Arqueologia e Antropologia: um ensaio sobre deslocamento na história do Brasil. Comunicação em VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Sudeste*. Ouro Preto, 2018.

- AMARAL, Daniella Magri. Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2012.
- AMARAL, Daniella Magri. Loiceiras, Potes e Sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano. *Tese de doutorado*. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2019.
- ARCURI, Márcia; LAIA, Paulo; SUÑER, Rodrigo. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. Territórios e patrimônios na lama das negociações. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, 2(1), p. 209-244, 2015.
- BEAUDRY, Mary; PARNO, Travis. Introduction: mobilities in contemporary and historical archaeology. In: BEAUDRY, Mary; PARNO, Travis (eds.) *Archaeologies of mobility and movement*. Nova Iorque, Springer, p. 1-14, 2013.
- BEZERRA, Marcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 6(1), p. 57-70, 2011.
- BEZERRA, Marcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia histórica*, Belo Horizonte, 12(2), p. 50-58, 2018.
- BORK, Lewis. Constructing the Future History: Prefiguration as Historical Epistemology and the Chronopolitics of Archaeology. *Journal of Contemporary Archaeology*, 5(2), p. 213–302, 2018.
- CAMPOS, Luana Carla. Patrimônio arqueológico da Serra da Moeda, Minas Gerais: uma unidade histórico-cultural. *Revista CPC*, São Paulo, 13, p. 6-31, 2012.
- CASTRIOTA, Leonardo (org.). *Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues*, Belo Horizonte: UFMG, 2019.
- CASTRO, José Flávio Morais. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte, Editora PUC-Minas, 2017.
- CASTRO, José Flávio Morais. *Atlas digital da cartografia histórica de Minas Gerais*. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- CRESSEY, Pamela; STEPHENS, John. The City-Site Approach to Urban Archaeology. In: Discens, Roy (ed.). *Archaeology in Urban America: The Search for Pattern and Process*. Academic Press, p. 41-61, 1982.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. O pico de Itabirito. *Versiprosa*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.
- DUNNELL Robert. The Notion Site. In: Rossignol J., Wandsnider L. (eds) *Space, Time, and Archaeological Landscapes: Interdisciplinary Contributions to Archaeology*. Springer, Boston, p. 21-41, 1992.
- ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. *Projeto de restauração do Espaço Comum Luiz Estrela*. Belo Horizonte, 2015.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 29(1), p. 136-160, 2016.

- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis, Editora Vozes, 2013.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, L&PM, 2013.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: BONET, J., et al. (org.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*, p. 16-27, 2008.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Archaeology of resistance: materiality and time in an African borderland*. Maryland, Eowman & Littlefield, 2014.
- GUIMARÃES, André Rezende. *Inácio de Souza e os falsários do Paraopeba: Minas Gerais nas redes mundializadas do século XVIII*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Água: força, equipamentos, artes e ofícios. *MAO - Museu de Artes e Ofícios - Jardim das Energias Ofícios de Madeira*, Belo Horizonte, 11 – 31, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; LANNA, Ana. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas: Série Antropológica*, 31, p. 147-164, 1980.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO, Évelin; VELOSO, Gabriela. Arqueologia e campesinato: vestígios de uma categoria social. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, 1(1), 93-131, 2007.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; ZARANKIN, Andrés; CAMPOS, Luana Carla Martins; PEREIRA, Anderson Barbosa Alves. Patrimônio Arqueológico da Serra da Moeda e Entorno. In: SOLÁ, Maria Elisa Castellanos; GUIMARÃES, Carlos Magno; PAIVA, José Eustáquio Machado de. (Org.). *Patrimônio Natural-Cultural e Zoneamento Ecológico-Econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*, v.1, p.157-348, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialidade: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011 [1958].
- HAMILAKIS, Yannis; ANAGNOSTOPOULOS, Aris. What is archaeological ethnography?, *Public Archaeology*, 8(2-3), p. 65-87, 2009.
- HAMILAKIS, Yannis. Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology, *Annual Review of Anthropology*, 40, p. 399–414, 2011.
- HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000D.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (org.). *Os povos do Alto Xingu—história e cultura*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, p. 21-62, 2001.
- HECKENBERGER, Michael. *The Ecology of Power: culture, place, and personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. Londres, Routledge, 2005.
- HISSA, Sarah. Dando tempo ao tempo, na arqueologia. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 29(1), p. 188–202, 2016.
- HISSA, Sarah; ALMEIDA, Anaeli. Patrimônio cultural: entre o recurso e valores alternativos. *Museologia e Patrimônio*, 07(11), p. 33-52, 2014.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2013.

- INGOLD, Tim. Temporality of the landscape. *World Archaeology*, 25(2), p. 152-174, 1993.
- INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres, Routledge, 2011.
- JOHNSON, Mathew. *Ideas of landscape*. Oxford, Blackwell publishing, 2007.
- KLINKE, Ian. Chronopolitics: a conceptual matrix. *Progress in Human Geography*, 37(5), p. 673–690, 2012.
- LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA UFMG. *Pesquisa Histórico-Arqueológica sobre Aredes – Município de Itabirito / MG*. Belo Horizonte, 2010.
- LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA UFMG. *Arqueologia da Chacrinha dos pretos, Belo Vale, MG*. Belo Horizonte, LA-UFMG, 2013.
- LEMONS, Caroline Murta. *Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: patrimônio e identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos, Belo Vale, MG*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2014.
- LIGHTFOOT, Kent. Culture contact studies: redefining the relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity*, 60(2), p. 199-217, 1995.
- LIMA, Déborah; NASCIMENTO, Évelin; FILHO, Maurício. Em busca do tempo da escravidão: patrimônio histórico e memória coletiva na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos. In: Camilla Agostini. (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultural material da escravidão e seu legado*. Belo Horizonte: 7Letras, p. 305-336, 2013.
- LUCAS, Gavin. *The archaeology of time*. Abingdon, Routledge, 2005.
- LUCAS, Gavin. Historical archaeology and time. In: HICKS, D.; BEAUDRY, M. *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 34-47, 2006.
- MIRANDA, Marcos Paulo. s/d. Breves considerações históricas sobre o antigo uso de valos para a demarcação de divisas entre propriedades em Minas Gerais. *Núcleo de pesquisas arqueológicas do Alto Rio Grande: proteção arqueológica e ambiental*.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ALVARENGA, Luciano J. Por entre valos e muros de pedra: fundamentos para salvaguarda e musealização de paisagens culturais em Minas Gerais. *Revista Museu*, n. esp., 2016.
- MIRANDA, Marcos Paulo; ALVARENGA, Luciano. Fundamentos e Institutos Jurídicos para Salvaguarda dos Valos Divisores e Muros de Pedra Históricos. *Doutrina: Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, 87, p. 115-137, 2020.
- MORAIS, José Luís. Tópicos de arqueologia da paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10, p. 3-30, 2000.
- MOREIRA, Juliana. Arquitetura que enlouquece: Poder e Arqueologia. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.
- NORUM, R. e MOSTAFANEZHAD, M. A chronopolitics of tourism. *Geoforum*, 77, p. 157–160, 2016.
- OLIVIER, Laurent. The past of the present. Archaeological memory and time. *Archaeological Dialogues*, 10(2), p. 204 – 213, 2004.

- O'BRIEN, Michael; LYMAN, R Lee. *Measuring Time with Artifacts: A History of Methods in American Archaeology*, University of Nebraska Press, 2006.
- OLSEN, Bjørnar e PÉTURSDÓTTIR, Dora (Eds.). *Ruin memories: materialities, aesthetics and the archaeology of the recent past*. Nova Iorque, Routledge, 2014.
- ORSER, Charles. *A historical archaeology of the modern world*. Nova Iorque, Springer, 1996.
- RATHJE, William. Archaeological ethnography... Because sometimes it is better to give than to receive. In: GOULD, Richard (ed.). *Explorations in ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, p.49-76, 1978.
- REIS, Flávia. Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762). Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, André; FAULHABER, Priscila. Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contexto pó-desastre. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 15(1), p. 01-15, 2020.
- SOUZA, Marcos André Torres. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 30(1), p. 144-153, 2017.
- SOUZA, Rafael Abreu. *Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- STASKI, Edward. Advances in urban archaeology. In: SCHIFFER, Michael B. (ed.). *Advances in archaeological method and theory*. New York: Academic Press, v. 5, p. 97-149, 1982.
- TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent. (ed.). *Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism*. Londres, Bloomsbury Publishing Plc., 2019.
- TOBIAS JR, Rogério; NASCIMENTO, Évelin; RODRIGUES, Igor. Contexto arqueológico e longa duração nas serras do Paraopeba, Negra e do Itabira, MG. In: *Geossistemas Ferruginosos do Brasil: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais*. Belo Horizonte, i3 Editora, pp. 429-463, 2015.
- VALLE, Raoni; LÓPEZ; Gori-Tumi Echevarría; TUYUKA, Poani Higino Tenório; MUNDURUKU, Jairo Saw. What is anthropogenic? On the cultural aetiology of geo-situated visual imagery in indigenous Amazonia. *Rock Art Research*, 35(2), p. 123-144, 2018.
- VALTONEN, Anu. *Rethinking Free Time: A Study on Boundaries, Disorder and Symbolic Goods*. Helsinki, HeSE, 2004.
- WALLIS, George. Chronopolitics: The Impact of Time Perspectives on the Dynamics of Change. *Social Forces*, 49(1), p. 102-108, 1970.
- WITMORE, Christopher. Which Archaeology? A Question of Chronopolitics. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (ed.) *Reclaiming Archaeology: Beyond the Tropes of Modernity*. Londres, Routledge, p. 130-44, 2013.
- WITMORE, Christopher. Chronopolitics and archaeology. In: C. Smith (ed.), *The Encyclopedia of Global Archaeology*, Nova Iorque, Springer, p. 1471-1476, 2014.

- ZEDEÑO, María Nieves. Landscapes, land use, and the history of territory formation: An example from the Puebloan Southwest. *Journal of archaeological method and theory*, 4(1), p. 67-103, 1997.
- ZHOURI, Andréa. et al. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- ZHOURI, Andréa. et al. (org.). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo, Annablume, 2016.